

# RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

25 de maio de 2021



A boa notícia na América Latina foi a eleição da Assembleia que irá elaborar a nova Constituição Chilena, encerrando a que vigora desde a ditadura de Pinochet (1973-1990). Uma Assembleia com paridade entre mulheres e homens, com cadeiras reservadas para representantes dos povos originários e com participação de pessoas independentes. Foram eleitas mais mulheres do que homens, mas parte dessas mulheres não poderão assumir para que a regra da paridade seja cumprida. Quem sabe agora os homens passem a entender a importância da paridade?

Aqui no Brasil, estamos atentas à edição da Portaria nº 30, de 17 de maio de 2021, do Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção Primária à Saúde, que institui a Câmara Técnica Assessora em Mortalidade Materna. O tema é importante, mas sempre esperamos o pior desse governo. Vale lembrar que a nomeação do atual Secretário de Atenção Primária à Saúde ocorreu semanas após o Ministério da Saúde revogar a correta Nota Técnica nº 16/2020, que tratava do acesso à saúde sexual e saúde reprodutiva no contexto da pandemia da Covid-19.

Falando em Pandemia, já são mais de 450 mil mortes. A CPI avança no Senado, confirmando o projeto genocida comandada pela presidência da República.

O Plenário da Câmara aprovou o PL 1568/2019, de autoria da deputada Rose Modesto (PSDB/MS), que considera o feminicídio crime autônomo, aumenta a sua pena, torna mais rígida a progressão de regime e veda a concessão de saída temporária ao condenado que cumpre pena pela prática de feminicídio. O projeto agora vai para o Senado. E na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), o deputado Jorge Solla (PT/BA), relator do PL 6022/2013 (que altera Lei nº 12.845/2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual) entregou seu Parecer.

Nesses tempos até alegrias duram pouco. A sanção do governador Claudio Castro à Lei 9277/2021, que garantia o livre debate de ideias nas escolas públicas e privadas do Estado do Rio de Janeiro, não durou 48h. Publicada no dia 19 de maio, foi vetada logo em seguida, depois do Governador sofrer pressões.

Falando em educação, vale reforçar a importância do Manifesto Contra a Regulamentação da Educação Domiciliar e em Defesa do Investimento nas Escolas Públicas, assinado por centenas de organizações. A matéria está em debate na Câmara e a sociedade precisa expressar seu desacordo com e reivindicar uma escola pública de qualidade.

Uma notícia que vale a pena ser celebrada é a aprovação da resolução que cria a Frente Parlamentar Feminista e Antirracista na Câmara Municipal de Guarulhos (SP). A Resolução foi aprovada na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Que venham outras, seguindo a trilha da Frente Parlamentar Feminista Antirracista com Participação Popular da Câmara Federal.

## RESULTADOS DA AGENDA DA SEMANA DE 17 A 21 DE MAIO

O PL 1568/2019, de Rose Modesto (PSDB/MS), é mais um focado em aumento de pena e mais rigor na punição em casos de feminicídio. Foi aprovado o parecer da relatora, deputada Policial Katia Sastre (PL/SP), pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo ao PL 1.568/2019. A matéria será debatida no Senado. Diferentes organizações dos movimentos feministas e de mulheres tem demonstrado preocupação com o número de propostas que se concentram na punição, e chamado a atenção para a necessidade de pensar outros caminhos para o desmonte das estruturas que alimentam a violência.

O Plenário do Senado aprovou o Substitutivo da CD ao PL 598/2019, de autoria do senador Plínio Valério, que institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Foi aprovado o Substitutivo da Câmara, com o restabelecimento do art. 1º do Projeto aprovado pelo Senado, e com ajustes redacionais. A matéria vai à sanção presidencial.

# EM PAUTA NA SEMANA

DE 24 A 28 DE MAIO

## CÂMARA

- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) discute o PL 2501/2020, de autoria do deputado Vilson da Fetaemg (PSB/MG) e outros, que dispõe sobre incentivos de crédito para mulheres do campo que exerçam atividade microempreendedora. A relatora, deputada Soraya Manato (PSL/ES) deu parecer pela aprovação.
- Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania (CCJC) discute o PL 1234/2019, de autoria da deputada Rose Modesto (PSDB/MS), institui o Dia Nacional de Combate ao Feminicídio no Brasil. Redação Final da relatora deputada Shéridan (PSDB-RR)
- Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) discute o PL 7181/2017, de autoria da deputada Gleise Hoffmann (PT/PR), institui o programa Patrulha Maria da Penha; e inseri a proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar como atividade imprescindível à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A relatora, deputada Magda Mofatto (PL/GO) deu parecer pela aprovação com emenda.
- Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) discute oito projetos do campo dos direitos das mulheres:
  - PL 1655/2019, de autoria da senadora Marta Suplicy (MDB/SP), dispõe sobre o dever de o agressor indenizar a Previdência Social pelos valores pagos a título de benefícios previdenciários concedidos em decorrência de atos de violência doméstica e familiar. O relator, deputado Luiz Lima (PSL/RJ), deu parecer pela aprovação, com substitutivo.
  - PL 3994/2015, de autoria da deputada Geovania de Sá (PSDB/SC), obriga os pais a participarem de reuniões na escola de seus filhos como condicionalidade para a manutenção dos benefícios recebidos no âmbito do Programa Bolsa-Família. A relatora, deputada Tereza Nelma (PSDB-AL), deu parecer pela aprovação deste, e das três emendas adotadas pela Comissão de Educação, com substitutivo.

- PL 853/2019, de autoria da deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP), acrescenta ao calendário oficial a "Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes", a ser celebrada anualmente em 15 de agosto. O parecer da relatora, deputada Vivi Reis (PSOL/PA) é pela aprovação, com substitutivo.
- PL 7004/2017, de autoria do deputado Weliton Prado (PMB/MG) e outro, assegura unidades móveis de saúde para a realização de exame mamográfico. A relatora, deputada Tereza Nelma (PSDB/AL) deu parecer pela aprovação, com emenda.
- PL 10043/2018, de autoria do deputado Fábio Trad (PSD/MS), dispõe sobre a advertência quanto ao uso de anticoncepcionais. O relator, deputado Dr. Jaziel (PL/CE), deu parecer pela aprovação, com emenda.
- PL 1079/2019, de autoria do deputado Celso Sabino (PSDB/PA), altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para determinar que os serviços de saúde onde o parto for realizado ofereçam aos pais ou responsáveis de recém-nascidos orientações e treinamento para prevenção de morte súbita e para primeiros socorros de casos de engasgamento ou aspiração de corpo estranho. O relator, deputado Pedro Westphalen (PP/RS), deu parecer pela rejeição deste, e do PL 4605/2019, apensado.
- PL 2737/2019, de autoria do deputado André Ferreira (PSC/PE), estabelece prioridade de atendimento social, psicológico e médico a mulheres vítimas de violência. O relator, deputado Luiz Lima (PSL/RJ), deu parecer pela aprovação, com emenda.

# PROPOSTAS QUE TIVERAM ANDAMENTO

## Da agenda da semana passada:

● A Comissão de Cultura (CCULT) aprovou o [PL 6366/2019](#), de autoria do deputado David Miranda (PSOL/RJ) e outros, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Agora ele será debatido na CCJC. E aprovou também o [REQ 45/2021](#), de autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF), para audiência pública para discutir projetos de lei e outras ações voltadas para a efetivação da igualdade de direitos e proteção jurídica da população LGBTI+ e promoção de políticas culturais de reconhecimento da participação desse segmento populacional na cultura.

● Na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) a deputada Chris Tonietto pediu vistas ao [PL 265/2020](#) (Rejane Dias (PT/PI e outra), que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do SUS, para assegurar a realização de exames de detecção de mutação genética; [PL 557/2020](#) (Tabata Amaral – PDT/SP), que institui a realização da "Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História" no âmbito das escolas de educação básica do País; e [PL 5554/2020](#) (Rejane Dias (PT/PI), que institui o cadastro Nacional das pessoas condenadas aos crimes de violência doméstica e feminicídio.

## Outros andamentos

● Na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), o deputado Jorge Solla (PT/BA), relator do [PL 6022/2013](#) (que altera [Lei nº 12.845/2013](#), que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual) entregou seu [Parecer](#) pela aprovação - com substitutivo - deste e dos apensados, como o [PL 8931/2017](#) (Laura Carneiro – PMDB/RJ), que tratam da prioridade e locais de atendimento para as vítimas de violência sexual ou da autorização para Unidades de Saúde do Município realizarem o exame corpo de delito.

O parecer é também pela rejeição da Emenda 1/2013 da CSSF, da Emenda 2/2013 da CSSF, da Emenda 3/2013 da CSSF, e dos apensados [PL 6033/2013](#) (Eduardo Cunha - PMDM/RJ), [PL 6061/2013](#) (Hugo Leal - PSC/RJ), [PL 1977/2020](#) (Chris Tonietto - PSL/RJ), [PL 232/2021](#) (Carla Zambeli - PSL/SP) e do [PL 6055/2013](#) (Pastor Eurico - PSB/PE), que revogam ou retroagem na Lei.

O PL 6022/2013, de autoria do Poder Executivo, altera a Lei nº 12.845/2013 sugerindo nova redação para o “Art. 2º Considera-se violência sexual, para os efeitos desta Lei, qualquer forma de atividade sexual não consentida”, que passaria para “Art. 2º Considera-se violência sexual todas as formas de estupro, sem prejuízo de outras condutas previstas em legislação específica”.

A outra alteração proposta é no Art. 3º “O atendimento imediato, obrigatório em todos os hospitais integrantes da rede do SUS, compreende os seguintes serviços”, que traria a seguinte redação para o inciso IV – “medicação com eficiência precoce para prevenir gravidez resultante de estupro”. O texto original deste inciso fazia referência à “profilaxia da gravidez”, o que também gerou muita reação à época. Por isso, a apresentação do PL pelo próprio Poder Executivo, logo após a promulgação da Lei, na tentativa de contemporizar. Essa Lei é muito importante para as mulheres brasileiras. É também conhecida como Lei do Minuto Seguinte, por garantir no Sistema Único de Saúde, assistência integral, imediata e multidisciplinar às pessoas vítimas de violência sexual.

Na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJC), o deputado Darci de Matos (PSD/SC) foi designado relator do [PL 5146/2001](#). A proposta, de autoria do deputado Lincoln Portela (PSL/MG), acrescenta dados ao assento de óbito, e tramita com 4 proposições apensadas ([PL 1614/2007](#) (1), [PL 3183/2008](#); [PL 5763/2009](#); [PL 4691/2012](#)). O PL 3183/2008 dispõe sobre a elaboração do atestado de óbito da mulher gestante, e pode levar a informações que ajudem a criar um registro que criminalize as mulheres que recorreram ao aborto.

Na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) a deputada Margarete Coelho (PP/PI) foi designada relatora do [PL 2893/2019](#), de autoria da deputada Chris Tonietto (PSL/RJ), que propõe a exclusão do art. 128 do Código Penal, retirando o direito das mulheres ao aborto no caso de risco de morte ou gravidez decorrente de estupro.

É revoltante que a essa altura do campeonato tenhamos que discutir propostas que tentam excluir esses permissivos, ao invés de estarmos discutindo a ampliação ou mesmo a legalização do aborto no Brasil.

Na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) foi aberto prazo para Emendas ao PL 18/2020. De autoria do deputado Diego Garcia (PODE/PR), o projeto institui o mês de Maio como "Mês Ouro", mês de conscientização sobre a família como o berço da saúde, do fortalecimento dos vínculos familiares e da promoção da convivência familiar. A proposta aguarda o parecer do relator, deputado Flávio Nogueira (PDT/PI). No mínimo, a proposta devia tratar das famílias, no plural.

## NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

### Novas alterações na Lei Maria da Penha?!

PL 1876/2021, de autoria do deputado Wilson Santiago (PTB/PB), altera a Lei Maria da Penha para dispor sobre o uso de equipamento de monitoramento eletrônico pelo agressor, como medida protetiva de urgência, para garantir a incolumidade da vítima de violência doméstica e familiar.

Registrar o histórico de infratores de crimes contra as mulheres é a proposta do PL 1899/2021, de autoria do deputado Nicoletti (PSL/RR), que dispõe sobre o Cadastro Nacional de Investigações Policiais e da Persecução Penal.

Regras de processo e julgamento nos crimes que envolvam violência sexual é o que propõe o PL 1888/2021, de autoria da senadora Simone Tebet (MDB/MS), acrescentando artigo ao Código de Processo Penal.

Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Órfãos de Vítimas da Covid-19 e da Violência Doméstica e Familiar (PPCOV) é a proposta do PL 1824/2021, de autoria da deputada Tia Eron (REPUBLIC/BA).

Inclusão de gestantes, puérperas e lactantes de até dois anos, sem comorbidades na lista de prioridades do Plano Nacional de Imunização – Covid 19 é o que propõe o PL 1865/2021, de autoria do deputado Alexandre Padilha (PT/SP).

## Maior acesso ao crédito para mulheres

PL 1883/2021, de autoria da deputada Celina Leão (PP/DF), dispõe sobre mecanismos de facilitação do crédito a microempresas e empresas de pequeno porte controladas e dirigidas por mulheres e a microempreendedoras individuais.

### VALE A PENA CONFERIR!



#### Carta Capital

O céu de Damares: como a ministra dos Direitos Humanos aparelha sua pasta



#### Artigo 19

Relatório Infodemia e a Covid-19 – A informação como instrumento contra os mitos



#### CIMI – Conselho Indigenista Missionário

Apib recorre novamente ao STF para evitar novo genocídio indígena



#### Outras Palavras

Coluna Baderna Feminista: Carta de uma amiga em um país em guerra



Radare elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.